



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Relações espaciais de uso da moradia tradicional amazônica como contribuição para discussão sobre o direito à moradia no Brasil

Izabel Cristina M. O. Nascimento
Universidade Federal do Pará

Ana Kláudia de A. V. Perdigão
Universidade Federal do Pará

Sessão Temática 05: Direito à cidade e habitação no Brasil

Resumo. A realidade plural e diversa da Amazônia faz emergir a necessidade de políticas territoriais que considerem suas especificidades no cumprimento do direito à moradia, considerando o papel social da propriedade previsto em lei. Todavia, o cenário atual de provisão de habitação tem se mostrado alheio aos conteúdos simbólicos e culturais que integram um contexto amazônico mais humano. Dentre eles, destaca-se o papel da água como agente condicionador dos modos de vida da população amazônida. Apresenta-se como um caminho de reestruturação e ações anteriormente pautadas em pensamento hegemônico, a valorização do saber tradicional ribeirinho como um dos recursos que podem alimentar práticas coerentes com a vida amazônica na implementação desses programas. São apresentados aqui resultados de pesquisa por meio da sistematização de conteúdos do uso cotidiano da moradia tradicional especialmente sobre as relações cotidianas estabelecidas pelos moradores da comunidade Santa Rosa do Furo do Nazário, localizada na Ilha das Onças, em Barcarena (PA).

Palavras-chave: Relações cotidianas; função social da propriedade; moradia ribeirinha; saber tradicional; Amazônia.

Spatial relations of use of traditional amazon housing as a contribution to the discussion on the right to housing in Brazil

Abstract. The plural and diverse reality of the Amazon gives rise to the need for territorial policies that consider its specificities in fulfilling the right to housing, considering the social role of property provided for by law. However, the current scenario of housing provision has proven to be alien to the symbolic and cultural contents that make up a more humane Amazonian context. Among them, the role of water as a conditioning agent of the ways of life of the Amazonian population stands out. It presents, as a way of restructuring and actions, previously based on hegemonic thinking, the appreciation of traditional riverside knowledge as one of the resources that can feed practices consistent with Amazonian life in the implementation of these programs. Research results are presented through the systematization of contents of the daily use of traditional housing, especially on the daily relationships established by residents of the Community Santa Rosa do Furo do Nazário, located on Ilha das Onças, in Barcarena (PA).

Keywords: Everyday relationships; social function of property; riverside housing; traditional knowledge; Amazon.

Relaciones espaciales de uso de la vivienda tradicional amazónica como contribución a la discusión sobre el derecho a la vivienda en Brasil

Resumen. *La realidad plural y diversa de la Amazonía hace surgir la necesidad de políticas territoriales que consideren sus especificidades para la realización del derecho de residencia, considerando la función social de la propiedad prevista por la ley. Así, el escenario actual de provisión de vivienda ha sido fiel a los contenidos simbólicos y culturales que integran un contexto amazónico más humano. Entre ellos, se destaca el papel del agua como agente condicionante de los modos de vida de los pueblos amazónicos. Como forma de reestructuración y acción, previamente establecida en el pensamiento hegemónico, la valorización de los saberes tradicionales ribereños emerge como recursos que pueden alimentar prácticas acordes con la vida amazónica en la implementación de estos programas. Los resultados de la investigación se presentan a través de la sistematización de datos sobre el uso cotidiano de la casa tradicional, especialmente sobre las relaciones cotidianas establecidas por los habitantes de la Comunidad Santa Rosa do Furo do Nazário, ubicada en Ilha das Onças, en Barcarena (PA).*

Palabras clave: Relaciones cotidianas; función social de la propiedad; vivienda ribereña; conocimientos tradicionales; Amazonas.

1 Introdução

O Estatuto da Cidade, a partir da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, no art. 2, estabelece as diretrizes gerais da política urbana, reafirmando, dentre outros tópicos, o direito à moradia como uma diretriz que contribui com o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Apoiado no compromisso social com o desenvolvimento, esse artigo evidencia o compromisso que deve ser mantido pelo poder público em envolver a população no desenvolvimento e execução de programas e projetos. No art. 3 da mesma lei, por sua vez, é apontada como competência da União a promoção de programas habitacionais bem como a melhoria das condições de moradias existentes. Frente a isso, é inegável a atenção que deve ser dada à habitação e ao modo de morar das pessoas quando o planejamento urbano organiza dados a serem implementados em um contexto urbano.

Para esse contexto deve-se considerar no planejamento o conjunto de informações específicas de um lugar, como os contextos ambiental e cultural, bem como a dinâmica socioespacial. Em se tratando de cidades localizadas na Amazônia, cabe também o entendimento sobre o peculiar modo de morar de populações citadinas e rurais, pois é inegável “a pluralidade e a diversidade regional amazônica” (TRINDADE JR., 2012, p. 172), fazendo emergir assim a necessidade de um novo modo de interpretar as espacialidades territoriais considerando especialmente o modo de morar de comunidade tradicionais. Segundo Gonçalves (2012), a Amazônia é diversa, de modo que suas populações originárias e tradicionais “são portadoras de um acervo de conhecimentos que é o trunfo para o diálogo com o mundo e que deve ser a base de qualquer proposta de desenvolvimento que se queira sustentada pelos diretamente envolvidos e implicados” (GONÇALVES, 2012, p. 9). Esse conhecimento, segundo o autor, tem relevância de ser incorporado ao diálogo com o arcabouço legal e institucional que rege a sociedade contemporânea, pois carrega em si um repertório de respeito à biodiversidade e à dinamicidade natural dos ecossistemas amazônicos.

A moradia produzida por moradores de comunidades tradicionais ribeirinhas está entre os elementos importantes de serem compreendidos quando se pretende cumprir a função social da moradia na Amazônia. Essa afirmação apoia-se no fato de que o modo de morar ribeirinho reconhece e respeita o fato de estar implantado em um “território fluido, flexível, plástico, permeável e que se materializa através de múltiplas agências humanas e não humanas” (CASTRO,

2019, p. 170). Para a autora, as intervenções humanas têm se baseado em práticas predatórias, sendo fundamental entender a relação harmônica que ocorre entre o homem e o entorno natural no contexto da moradia tradicional. Essas ações de intervenção pública que qualificam a habitação autoproduzida como precária e irregular, afirmando buscar um “resgate” ao caráter ribeirinho da cidade, mas que de fato esconde ações que buscam maior rentabilidade no uso do espaço urbano, priorizam a exploração das águas ao invés de compreendê-las em uma perspectiva socioambiental (PONTE, 2007; 2015). Paes Loureiro (2015, p. 53) evidencia que “os caboclos da Amazônia, mesmo nas cidades, mantêm à medida do possível sua cultura”, de modo que os poderes públicos precisam deixar de considerá-los como uma subcultura, quando valorizam a cultura europeia e estadunidense, e passar e entendê-los como parte constituinte do planejamento local. Essa postura precisa, inclusive, abraçar conteúdos sobre o modo como o amazônida espacializa e usa a própria casa.

As discussões sobre o direito à cidade e a habitação no Brasil perpassam por assuntos como o acesso ao saneamento, transporte, saúde, dentre outros bens e serviços, bem como abordam questões relacionadas à provisão de “moradia digna” para a população. Todavia, a provisão dessas moradias, geralmente direcionada a todo território nacional, muitas vezes desconsidera fatores simbólicos e culturais da Amazônia, valorizando apenas questões técnicas e de materiais construtivos. Desse modo, este trabalho propõe-se a contribuir com esse debate pela apresentação de resultados de pesquisas sobre as relações espaciais de uso da moradia tradicional, considerando-os como informações pertinentes ao enfrentamento da discussão sobre o direito à moradia no Brasil. Compreender a escala do edifício em relação à moradia tradicional e incorporar informações sobre a produção e o uso do espaço dessa habitação no que diz respeito àquelas implantadas na Amazônia, contribui com a instrumentalização para a produção de espaços adequados ao lugar amazônico. Esse estudo defende que pensar a moradia adequada engloba, além dos aspectos técnicos, conteúdos socioculturais, considerando que pensar no direito à moradia é considerar a inserção responsável dela onde quer que ela seja implantada.

2 O direito à moradia e a valorização do saber tradicional

O desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana dependem, dentre outros fatores, do cumprimento do direito à moradia garantido pelo Estatuto da Cidade, pois ele “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2008, p. 15). Contudo, em se tratando de ambientes humanos localizados na Amazônia, o bem-estar dos cidadãos depende não só do conforto físico e acesso aos recursos e infraestruturas urbanas, como também da compreensão sobre o modo tradicional de se produzir espaços em um contexto complexo como ele. O equilíbrio ambiental indicado na mesma lei depende de ações sustentáveis que além de preservar a natureza propriamente dita, tem ação embasada na compreensão de que as dinâmicas amazônicas precisam ser interpretadas na escala local, pois o vasto território que a compõe é composto de um amplo cenário de variações e modos harmônicos de espacialização.

“A Amazônia é, sobretudo, diversidade” (GONÇALVES, 2012, p. 8). Ela se estrutura em um contexto complexo que não pode ser pensado de modo geral. Constituído de uma enorme variedade de conhecimentos e tradições, o território

amazônico evoca uma postura de planejamento que considere sua realidade plural e diversano que tange às políticas territoriais e urbanas (TRINDADE JR., 2012). Uma postura que reconhece as territorialidades como um dos fatores de tomada de decisão para um desenvolvimento regional sustentável (BECKER, 2010). Essa territorialidade “manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial” (BECKER, 2010, p. 20).

Emerge assim a necessidade de implementação de políticas que tenham como base conteúdos de origem social, local e regional. Uma postura profissional embasada em princípios norteadores do “novo desenvolvimento”, ou seja, uma nova modalidade de desenvolvimento que se consolida a partir da incorporação dos saberes e identidades culturais, considerando as relações que as populações tradicionais estabelecem com a natureza (LOUREIRO, 2012). A autora destaca em seu trabalho sete “princípios norteadores desse novo e alternativo modelo” (LOUREIRO, 2012, p. 536) de desenvolvimento, sendo que três deles tratam diretamente das populações locais e tradicionais.

- a) Respeitar as populações locais, especialmente as populações tradicionais e os grupos étnicos, em seus saberes e em suas identidades culturais, incorporando o conhecimento dos mesmos sobre a região, especialmente aquele concernente à natureza e às relações com ela, bem como a incorporação dessas populações como elementos importantes nas transformações em curso.
- b) Desenvolver formas ou vias de desenvolvimento que priorizem a inclusão social das comunidades e a sustentabilidade da natureza, de modo a preservá-la para as gerações futuras e na qual ou nas quais o fator econômico e a acumulação do capital por grupos restritos não seja o principal e muito menos o único valor a ser considerado para a tomada de decisão.
- c) Estabelecer um diálogo mais equilibrado, verdadeiro e solidário entre o Estado e as populações locais e tradicionais, especialmente quando se tratar de empreendimentos estatais que as afetam em suas vidas, culturas e identidades. (LOUREIRO, 2012, p. 536).

Quando o planejamento assume este novo modo de interpretar o lugar, com atenção e respeito aos saberes locais, constrói-se uma prática de respeito ao contexto habitado e que insere, na representação do espaço amazônico, conteúdos relacionados ao modo como as populações tradicionais produzem o seu modo de morar. O dia a dia relacionado ao território e a diversidade apresentada por ele são conteúdos pertinentes ao desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com a vida cotidiana e com os valores dessa população. Todavia, essa postura depende da produção de conhecimento e ação profissional que se deem a partir de um posicionamento menos individualizado do planejador e mais articulado com os conteúdos produzidos pela relação estabelecida diariamente entre a população e a natureza (TRINDADE JR.; RODRIGUES, 2020). A superação da postura profissional de planejador que tem o foco principal em diretrizes legais, dá lugar, assim, a uma ação projetual que considera em seu escopo “um conjunto de ações de gestão pautadas em diagnósticos e diretrizes que sejam permeáveis a essa realidade socioespacial plural e diversa”. (TRINDADE JR., 2012, p. 173).

A Lei n. 10.257, art. 2, inciso II, dispõe sobre a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2008, p.

15). Contudo, além da participação efetiva das pessoas, cabe ao poder público considerar a representação simbólica do cotidiano dessa população em relação ao planejamento, bem como o reconhecimento sobre os motivos dessa população tomar determinadas decisões espaciais, pois muitas relações se dão a partir do modo como popularmente os espaços são produzidos. Loureiro (2012) evidencia que o desenvolvimento que inclui os conhecimentos e saberes populares auxilia no engajamento desses grupos na produção da vida social.

Ponte (2007), em seu estudo sobre as intervenções nas margens fluviais da cidade de Belém, identifica o discurso deturpado que é produzido pelo poder público em relação à ocupação da margem fluvial da cidade pela população mais pobre. Segundo ele, as intenções de retomada da orla fluvial para exploração econômica ampara-se na afirmação de que esse modo de morar é precário e irregular e, por isso, deve ser removido. Contudo, o autor destaca a importância de se apreender a realidade concreta e de se aprender com suas particularidades, isso porque o contexto da cidade de Belém é o de uma urbanização em um território localizado na Amazônia, ou seja, ele se estrutura condicionado a uma forte rede hidrográfica (PONTE, 2007). Sendo assim, a água não pode ser entendida apenas em sua escala física e ambiental, pois ela “é na verdade um condicionante de relações sócio-territoriais, de práticas materiais e econômicas e de uma complexa estrutura prospectiva e representacional” (PONTE, 2007, s.p.).

O autor destaca a necessidade de se repensar a “dimensão classista do controle político” (PONTE, 2007, s.p.) que tem sido implementada no contexto urbano, e de se assumir uma postura cooperativa que integre aos projetos progressistas uma nova perspectiva de leitura do território, congregando propostas para o desenvolvimento social e econômico. Na cidade de Belém, o autor identificou quatro abordagens da água nas intervenções públicas: veículo, substância, paisagem e recurso. Contudo, além dessas, o autor destaca que as ações de intervenção precisam se fundamentar na compreensão de que há um “fenômeno socioambiental relacionando o processo de urbanização e a água no território” (PONTE, 2015, p. 55), de modo que o conhecimento popular sobre ele não pode ser negligenciado.

As populações insulares são descritas por Castro (2019) a partir da relação que elas estabelecem com os fluxos das águas amazônicas. Segundo a autora, as atividades familiares dessas comunidades “alcançam espaços relevantes na cartografia urbana, embora invisível para os dados de uma economia regional” (CASTRO, 2019, p. 183). Além do alcance econômico mencionado pela autora, há também o alcance sociocultural que os acompanha, quer seja nas idas e vindas à cidade, ou no processo de produção e implantação de suas moradias na ilha ou mesmo no espaço urbano. Isso porque, segundo Paes Loureiro (2015), ao manter a sua cultura, o amazônida reproduz, onde quer que ele esteja, processos criados e desenvolvidos por ele, que se diferem dos cânones dominantes, mas que são eficazes na relação deles com a natureza. Por esse motivo, entender as relações que as pessoas de comunidades tradicionais estabelecem com a própria moradia, considerando o contexto de uso espacial, contribui com informações de planejamento que englobam a escala do edifício.

2.1 Relações espaciais da moradia tradicional

A moradia, durante o planejamento urbano, tem sido pensada alheia aos conteúdos socioculturais que a compreendem, de modo a ter sido incluída considerando-se principalmente aspectos físicos e legais de sua implantação.

Entretanto, segundo Perdigão e Gayoso (2012, p. 115), a casa “retrata a estrutura socioeconômica e institucional da sociedade” e se mostra como um recorte das relações sociais delimitando uma espacialização entre o público e o privado. Assim sendo, considerar a escala da habitação no planejamento insere-se em uma relação que extrapola a simples mercantilização da propriedade e avança para o reconhecimento dela como um bem social e de direito de todo cidadão. Perdigão e Gayoso (2012) destacam o papel da casa em duas perspectivas, a instituição e o lugar, considerando as relações entre o morador e o espaço físico habitado, pois, enquanto “instituição social”, a casa traduz as relações sociais que evocam o direito a um abrigo, por outro lado, enquanto “lugar”, ela traduz a experiência de uso e produção desse espaço, alcançando a sua dimensão simbólica.

No caso da Amazônia, o entorno natural é determinante para a ocupação do território por povos tradicionais. Dentre os diversos aspectos, cabe destacar a necessidade de respeito à sazonalidade hídrica que é uma constituinte extremamente presente na vida social da população que habita lugares amazônicos alagáveis (HARRIS, 2019). Para o autor, a configuração e ritmo desse ambiente alagável influenciam o modo como os ribeirinhos se organizam e habitam a região, e as águas condicionam parâmetros que estruturam e regulam a vida dessas populações. Com variações entre épocas de cheias e épocas de um menor volume de águas, o modo de morar vai se moldando às limitações e imposições desse entorno, condicionando usos e influenciando decisões espaciais.

Existem diferentes Amazônias e “habitar esses espaços é um desafio à inteligência, à convivência com a diversidade” (GONÇALVES, 2012, p. 8). O autor destaca o acervo complexo de conhecimentos que engloba as populações originárias e tradicionais, que não devem ser apenas expostos como elementos dessa população, mas sim precisam ser tomados como referencial de um projeto de sociedade que já existe. Isto porque o acervo de conhecimentos que essas populações possuem, segundo Gonçalves (2012), é um importante referencial de base às práticas de desenvolvimento voltadas ao território amazônico, principalmente àquelas que valorizam necessidades humanas daqueles diretamente envolvidos. Do mesmo modo, a maneira como essas populações produzem e se relacionam com o espaço da própria casa faz parte desse conteúdo pertinente ao planejamento, pois elas possuem práticas que respeitam o entorno, bem como carregam dinâmicas sociais mais adequadas ao lugar.

A moradia tradicional tem como característica marcante a capacidade de se adaptar às transformações naturais da paisagem amazônica, a exemplo das comunidades tradicionais insulares. As relações estabelecidas por essas comunidades, no uso da própria casa, produzem espaços de representatividade e sobrevivência material e simbólica que evidenciam a adequabilidade cotidiana da edificação às dinâmicas da natureza (CASTRO, 2019). Um dos elementos representativos destacados por Castro (2019) é o quintal. A autora descreve esse espaço como sendo dedicado ao cultivo de produtos a serem utilizados na culinária e de forma medicinal. Ele é também uma extensão do trabalho e da produção familiar, pois possibilita a manutenção da vegetação nativa, de onde são retirados produtos para venda ou mesmo a criação de animais. O quintal tem também um papel importante nas relações sociais locais:

Nos períodos secos, os quintais se tornam o arraial da comunidade, lugares de conversas de final da tarde. No final de semana, longos bancos são colocados embaixo de mangueiras e cacaueiros, na sombra e proteção do sol, onde se

contam e recontam histórias e acontecimentos de humanos e não humanos, entre o material e o simbólico, o real e o imaginário, passando assim em revista relatos de outros e situações vividas. Assim, considerando os acontecimentos e as atividades desenvolvidas no quintal, ele é um lugar de aconchego, de relação sensível com o imaginário. (CASTRO, 2019, p. 185).

Por outro lado, as relações que se dão com o exterior da habitação refletem também no modo como os moradores de comunidades tradicionais insulares espacializam a própria casa. Nascimento e Perdigão (2021b), ao analisarem relações espaciais em moradias tradicionais de comunidades insulares distintas nos estados do Pará e Maranhão, e de ecossistemas diferentes: várzea e terra firme, identificaram peculiaridades como também elementos semelhantes de tomada de decisão sobre essa espacialização. Segundo as autoras, o ritmo das águas que mantém períodos de alagamento das comunidades condicionam a decisão de construção das moradias em palafitas. Um outro aspecto observado pelas autoras refere-se ao fato de que mesmo em condições distintas de alagamento, pois uma comunidade é permanentemente alagada, enquanto a outra possui períodos do ano com o entorno da casa compreendido por terra firme, há uma atenção dos moradores em produzir habitações constituídas de soluções que separam o espaço público e o espaço privado por meio da delimitação de um espaço de transição.

Corroborando com Paes Loureiro (2015), que destaca a atenção que deve ser dada pelos poderes públicos ao modo de viver do caboclo da Amazônia, ao invés drá-lo como primitivo, Nascimento e Perdigão (201a) evidenciam as espacializações de edificações presentes em comunidades tradicionais ribeirinhas e na cidade de Belém, produzidas tanto no âmbito informal como por profissionais comprometidos com características locais, para enfatizar um modo de produzir conhecimento que integra o conhecimento formal e o saber local considerando a diversidade sociocultural da Amazônia. As autoras identificaram edificações autoproduzidas na periferia da cidade que mantêm espacializações características da casa ribeirinha e que levam em consideração o volume das chuvas amazônicas. O trabalho apresentado por elas reforça o valor do conteúdo que pode ser apreendido pelo campo formal a partir do respeito ao modo de produção espacial orientado pela experiência e pelo cotidiano.

A atenção à formação profissional e de repertório alinhada com informações sobre a vida local e cultural na Amazônia foi evidenciada por Perdigão (2016) em uma análise sobre o tipo e tipologia das palafitas construídas na cidade de Afuá (PA). A autora destacou a complexidade com que o espaço doméstico se consolida, ao caracterizar o tipo palafita amazônica a partir de aspectos topológicos associados às relações de proximidade, continuidade e sucessão, e a tipologia da palafita amazônica, a partir dos aspectos geométricos associados às relações estabelecidas com o todo edificado, entre o todo e partes da edificação, e as partes significativas observadas. O trabalho contribuiu com informações operativas que apoiam o entendimento sobre as peculiaridades de produção e apropriação do espaço da moradia adaptada à região e contribuinte com o bem-estar do morador.

O tipo palafita amazônica é evidenciado também em Menezes e Perdigão (2021) como recurso operativo de representação das relações espaciais da moradia ribeirinha que englobam aspectos topológicos dessa espacialização. Portanto, o tipo palafita amazônica (MENEZES, 2015) adota relações significativas e não apenas as referências espaciais físicas relacionadas à moradia ribeirinha. As autoras observam que programas habitacionais de provisão de moradia

desconsideram o conteúdo socioespacial inerente às populações ribeirinhas pelo “reconhecimento da dimensão vivida, por meio da decifração de relações espaciais que ocorrem entre usuário e ambiente, tanto na escala pública, quanto na relação comunitária e com o meio natural, e na escala privada, com a casa” (MENEZES; PERDIGÃO, 2021, p. 57).

A moradia tradicional na Amazônia mostra-se assim como um conteúdo vasto e adaptado ao contexto do lugar e que precisa ser considerado durante a estruturação de ações propositivas e que merecem um olhar técnico ampliado pautado em políticas territoriais de cumprimento ao direito à moradia. Conforme as diretrizes que regem esse direito, não é suficiente apenas prover um espaço físico destinado à habitação de uma família, pois cabe ao poder público prover um espaço que esteja adequado ao lugar, considerando-se todo o conteúdo socioespacial e cultural complexo que estrutura as relações das populações amazônicas com o lugar habitado. Essa moradia constitui-se de elementos variados a serem analisados, pois cada um é produzido apoiado em saberes locais e relacionados à natureza do entorno. Para este trabalho traz-se como recorte de análise dessas representações espaciais de conteúdo sociocultural o trapiche, a ponte e o quintal na moradia tradicional.

3 O trapiche, a ponte e o quintal na moradia tradicional

Este trabalho apoiou-se na observação não participante da “prática espacial” (TRINDADE JR., 2012, p. 176) da moradia ribeirinha na comunidade tradicional Santa Rosa do Furo do Nazário, localizada na Ilha das Onças, no município paraense de Barcarena. Segundo o autor, “a prática espacial é a dimensão do percebido e corresponde à materialização física das formas espaciais construídas, pressupondo uma reunião de usos e de funcionalidades distintas” (TRINDADE JR., 2012, p. 176). Sendo assim, utilizando-se da técnica de observação sistemática, esta investigação buscou observar e sistematizar as relações espaciais de uso que ocorrem tanto na escala pública como na escala privada em relação a três ambientes que costumam estar presentes na moradia ribeirinha autoproduzida: o trapiche, a ponte e o quintal. Acredita-se que a atenção voltada ao uso plural desses espaços, considerando-os um recorte de uma relação socioespacial mais ampla em relação aos elementos representativos da casa contribui com o esboço do correto entendimento sobre a produção da moradia na comunidade tradicional no que tange o respeito à cultura ribeirinha e ao cotidiano deles relacionado às águas.

As casas observadas na comunidade tradicional de Furo do Nazário trazem elementos semelhantes àqueles descritos por Castro (2019), quando se referiu à casas das famílias ribeirinhas no estuário amazônico. Segundo a autora:

Na maior parte, são casas de madeira com teto de telha ou de palha, na beira dos rios, na foz dos igarapés e de furos, com seus trapiches de madeira onde atracam as embarcações. As vezes são troncos de miritizeiros depositados no solo aquoso (lama) servindo como pontes entre o rio e as casas. Por ali passam crianças e adultos, equilibrando-se nas toras, homens carregando rasas de açáí, poças com peixe e tudo o mais nesse vai e vem da casa ao rio, do rio a outros lugares. Na maior parte, as casas têm jiraus suspensos, fora da casa, onde plantam ervas apreciadas na cozinha e ervas medicinais. (CASTRO, 2019, p. 180).

O cenário apresentado pela autora evidencia o papel marcante e primordial do trapiche, da ponte e do quintal na dinâmica cotidiana da casa ribeirinha, pois eles fazem a transição entre o ambiente mais público em uma comunidade tradicional

ribeirinha, o rio, para o elemento mais privativo desse espaço produzido por eles, a casa. Ao navegar pelo Furo do Nazário é possível observar essa dinâmica espacial, principalmente em relação ao trapiche e a ponte (Figuras 1 e 2), pois o quintal, devido a vegetação, é melhor observado após descer da embarcação. O trapiche e a ponte, no caso das moradias do Furo do Nazário, são elementos que não coexistem em uma mesma habitação, já que na comunidade percebe-se a presença de um ou de outro, conforme a condição financeira da família. Esses dois elementos representativos da moradia tradicional ribeirinha possuem como uso imediato o cotidiano de atracação das embarcações dos próprios moradores e de seus visitantes. Sua estruturação, próximo à casa, demarca também o ponto de onde o morador recebe do poder público água potável para consumo e preparo de alimentos. Esse é também o lugar de onde o ribeirinho avista as embarcações que passam vendendo produtos e de onde ele faz a compra de gelo, pão e combustível. Por outro lado, o trapiche e a ponte, em alguns horários do dia e dias da semana, testemunham a vivência dos moradores que os utilizam para o banho no rio, quando a maré está alta, e para reunião familiar. O banho ocorre diariamente e por se dar no meio natural é um momento compartilhado pelos familiares, assim, além de terem a função de manutenção da higiene pessoal, acaba por ocorrer como um momento de lazer e de relação direta da família com a natureza. Há também momentos em que os moradores se reúnem para as festividades, encontro que ocorre no trapiche (quando a moradia possui esse elemento em sua composição espacial). No caso das moradias constituídas apenas de pontes, esse encontro pode ocorrer no quintal, em dias que a maré não o tenha alagado.



Figura 1. Ponte que liga o rio à moradia tradicional ribeirinha em Furo do Nazário, Barcarena, Pará (fonte: elaborada pelas autoras).



Figura 2. Trapiche que liga o rio à moradia tradicional ribeirinha em Furo do Nazário, Barcarena, Pará. (fonte: elaborada pelas autoras).

Existem casas que compartilham do uso da mesma ponte ou do mesmo trapiche, já que os moradores optam geralmente pela construção das suas habitações próximas as dos seus familiares, é comum observar no furo agrupamentos de moradias chamadas por eles de “vilas”. Nesses agrupamentos, as casas interligam-se entre si por pontes e as varandas das casas são utilizadas como espaços de circulação daqueles que moram próximo. Não há entre eles uma sensação de invasão do espaço privativo da casa por essas “vilas” se consolidarem, geralmente, por casas dos pais e dos filhos desse casal. Essa proximidade familiar favorece o compartilhamento dos espaços da ponte e do trapiche, tanto no uso como na sua manutenção, de modo que um elemento físico espacialmente integra a parte externa de mais de uma moradia.

O quintal é também um elemento fundamental na composição espacial da casa ribeirinha. Muitos moradores de Furo do Nazário fazem a diferenciação entre o “terreiro” e o quintal. O primeiro, geralmente, é objeto de pouca manutenção, fica localizado mais distante da casa ou ao fundo dela, e é onde são encontradas muitas vegetações nativas, objeto de extração para revenda de seus frutos e sementes. Já o quintal (Figura 3) costuma ser a parte do terreno mais próximo às laterais e frente da casa. Essas áreas são objeto de manutenção constante por parte dos moradores, por serem espaços usados por eles no cotidiano. Alguns plantam nesses lugares vegetações ornamentais, plantas medicinais e mantêm a sombra das árvores para que possam ser lugares de uso em qualquer horário do dia. Por serem lugares com bastante sombra, muitas famílias o utilizam no período da tarde para descanso e apreciação da vista do rio. Alguns moradores aproveitam esses espaços para momentos de festas comemorativas em que recebem muitos convidados. Por serem lugares amplos e planos, possibilita a colocação de mesas para reuniões familiares.



Figura 3. O quintal na moradia tradicional ribeirinha em Furo do Nazário, Barcarena, Pará (fonte: elaborada pelas autoras).

O quintal é o elemento externo à casa mais próximo a ela e tem relação estreita com o cotidiano que ocorre no seu interior. Ele participa da transição entre a escala pública e a privada, apoiando a função já desempenhada pela varanda frontal, a exemplo do estudo apresentado por Nascimento e Perdigão (2021b). Isto porque sua existência e dimensão permite que o visitante seja avistado antes de entrar na casa, o que possibilita o tempo de decisão do morador sobre o ambiente da casa mais adequado para receber o visitante. Essa decisão ocorre especialmente de acordo com o grau de intimidade existente entre eles. Ele também é o lugar onde os moradores, conforme Castro (2019) descreveu, plantam ervas medicinais e utilizadas na culinária, compreendendo uma extensão da cozinha. Os quintais são utilizados também para o plantio de árvores frutíferas consumidas pelos moradores em seu dia a dia.

Em muitas casas ribeirinhas de Furo do Nazário pode-se encontrar a presença de igarapés nas laterais dos quintais. Essas águas que adentram o espaço externo da casa, e que são mais próximos a ela do que o furo em si, são utilizados pelos ribeirinhos para a guarda de suas embarcações durante o período da noite, evitando assim, segundo eles, furtos noturnos. Essa dinâmica de proteção das embarcações ocorre no cotidiano deles, mas é alimentada pela carga de conhecimento que eles possuem sobre o nível e periodicidade das marés. Isso porque, em alguns horários do dia, quando a maré está baixa, esses igarapés secam, o que os impediria de utilizar a embarcação naquele dia. Por esse motivo, diariamente, os moradores guardam as embarcações no igarapé e, no início do dia seguinte, elas são retiradas de lá para serem atracadas nas pontes ou trapiches existentes na frente da casa.

Tabela 1. Relações espaciais na moradia tradicional no Furo do Nazário, Barcarena, Pará (fonte: elaborado pelas autoras).

Relações espaciais da moradia tradicional no Furo do Nazário, Barcarena (PA)			
Elementos da casa tradicional ribeirinha	Função imediata	Função social	Função simbólica
Ponte/Trapiche	Atracar embarcação Ponto de recebimento de produtos Avistamento de embarcações Compra de produtos (gelo, pão, combustível)	Banho de Lazer	Extensão da casa
Quintal	Plantio de vegetação ornamental e medicinal	Descanso da família	Extensão da varanda frontal

Plantio de árvores Futíferas	Lazer e festividades	Extensão da cozinha
Guarda de embarcações igarapés	de Contemplação dos cotidianos	

A tabela 1 relaciona os elementos presentes na moradia tradicional implantada em conformidade com o ritmo das águas amazônicas, destacando a realidade com que eles assumem diversas funções durante o seu uso, sendo elas: as funções imediatas, mais ligadas à função propriamente dita; as funções sociais, destacando ações de coletividade e convívio familiar; e as funções simbólicas, que não podem ser observadas à primeira vista, mas que são significativas às pessoas que moram na casa. Esses elementos compõem um conjunto de dados sistematizados que retratam situações particulares da vivência tradicional ribeirinha. As relações espaciais observadas estruturam o cotidiano humano da casa tradicional ribeirinha e oferecem informações sociais e culturais pertinentes ao planejamento de implantações para regiões com as mesmas características.

4 Considerações Finais

A dinâmica socioespacial de uso dos ambientes da casa tradicional ribeirinha (trapiche, ponte e quintal) retratam a peculiaridade com que esses elementos representam o modo de morar dessa população. Essas informações alimentam conteúdos operativos para políticas territoriais por apresentarem características que não podem ser desmembradas da relação que existe entre o cotidiano da casa, o modo de vida ribeirinho e o rio que abraça esse conjunto e estrutura esse contexto.

Estudos desenvolvidos com atenção a essa espacialidade peculiar da moradia tradicional amazônica já testemunham a importância de se valorizar os conteúdos socioespaciais expostos pelo cotidiano de uso. Trata-se de um novo modo de atuar em relação ao lugar, considerando além das leis e dos conteúdos técnicos, informações sobre a cultura, o valor simbólico e a representatividade dos espaços da casa daqueles que a utilizam. Esse reposicionamento em relação à atuação profissional, conforme pesquisas apresentadas, contribui com a estruturação de um pensamento que integra relações subjetivas como conteúdos práticos e implementáveis.

Uma das informações que não pode ser desmembrada do processo de planejamento na Amazônia é o papel que a água possui na vida dos amazônidas, isso porque, além de sua importância enquanto rede hidrográfica que condiciona a forma de ocupação, ela impõe também o modo de morar que precisa ser harmônico e de respeito aos seus fluxos. As escolhas cotidianas de cada pessoa, seja em seus aspectos econômicos e comerciais como também nos aspectos sociais, culturais e de habitação, precisam conversar com seu entorno sobre as águas.

O cumprimento de políticas territoriais voltadas ao direito à moradia engloba, assim, um cenário maior que a simples provisão de infraestrutura básica comumente defendida pelo poder público. Isso porque, o Estatuto da Cidade, quando estabelece as diretrizes gerais de implementação da política urbana, esclarece que o ordenamento se dá para desenvolvimento das funções sociais da propriedade. Posto isso, as funções sociais não podem ser cumpridas sem que haja um compromisso com especificidades das relações socioespaciais existentes no uso dessa moradia, a exemplo da moradia tradicional ribeirinha.

Considerando o vasto e complexo território que compõe a Amazônia, emerge a necessidade de se estruturar um novo modo de se desenvolver políticas territoriais que ao invés de tomarem decisões gerais e homogêneas para todo o território amazônico, ocupem uma escala mais local e de respeito às peculiaridades e variedades de relações estabelecidas no cotidiano. Uma das escalas que precisam ser inseridas nessa prática profissional de desenvolvimento de políticas territoriais é a escala do edifício, pois é a partir dela que as relações socioespaciais se estruturam e moldam o cotidiano de uma comunidade e de uma cidade.

Referências

BECKER, Bertha Koiffmann. “Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas”. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**. Belém: MPEG. vol. 5, n. 1, pp. 17-23, 2010.

BRASIL. **Estatuto da cidade**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

CASTRO, E. Belém do Grão-Pará: de águas e de mudanças nas paisagens. In: STOLL, E. et al. (orgs.). *Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos*. Belém: NAEA, 2019. pp. 163-192.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HARRIS, Mark. O ritmo da vida na várzea: sazonalidade e socialidade. In: STOLL, E. et al. (orgs.). *Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos*. Belém: NAEA, 2019. pp. 41-63.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**. São Paulo: FGV, vol. 8, n. 2, pp. 527-552, jul-dez. 2012.

MENEZES, Tainá M. S. **Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na Vila da Barca (Belém-PA)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2015.

MENEZES, Tainá M. S.; PERDIGÃO, Ana Kláudia Almeida. O tipo palafita amazônico: entre formalidade e informalidade do habitar na Vila da Barca (Belém, Pará, Brasil). **Revista Projetar**. Natal: UFRN, vol.6, n. 2, pp. 44-59, 2021.

NASCIMENTO, Izabel C. M. O.; PERDIGÃO, Ana Kláudia A. V. Arquitetura amazônica: sobre o lugar na produção do ambiente construído no estado do Pará. In: *Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2021a, pp. 158-173. ISSN: 2358-6214.

NASCIMENTO, Izabel C. M. O.; PERDIGÃO, Ana Kláudia A. V. Representações espaciais pelo uso na moradia tradicional amazônica. **Virus**. São Carlos: UFScar, vol. 22, 2021b. ISSN: 2175-974X.

PAES LOUREIRO, J. J. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. 5. ed. Manaus: Editora Valer, 2015.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá. **Virus**. São Carlos, n. 13, 2016.

PERDIGÃO, Ana Kláudia A. V.; GAYOSO, Solange. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (orgs.). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Ed.UFPA, 2012. pp. 113-131.

PONTE, Juliano P. Ximenes. Belém do Pará: cidade e água. **Caderno Metrópole**. São Paulo: PUC, vol. 17, n. 33, pp. 41-60, 2015.

PONTE, Juliano P. Ximenes. Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reaproximação das margens fluviais. **Vitruvius: Arqutextos**, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.085/237>. Acesso em: 16 dez. 2022.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Nota de pesquisa - A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. **Revista Terceira Margem Amazônia**. Belém: UFPA, vol. 1, n.1, pp. 171-194, 2012.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; RODRIGUES, Ágila Flaviana Alves Chaves. Insularidades ribeirinhas e à beira-rio: expressões da relação sociedade e natureza na Amazônia metropolitana. **Geofronter**. Campo Grande: UFMT vol. 6, pp. 01-22, 2020.